

A SAÚDE PASSA MAL

STU denuncia Assédio Moral sobre trabalhadores terceirizados no Caism



Na “Sala de Descanso” do Caism, as trabalhadoras se ajeitam como podem

Os trabalhadores terceirizados do período noturno do Caism, cansados do

desrespeito e assédio moral das chefias, fizeram um documento para a Ouvidoria do Caism, só que não chegou lá, mas parou na mão da chefia.

Depois do episódio, a diretora do STU acompanhou a reunião das terceirizadas com a chefia onde foi exposta a situação de assédio e as trabalhadoras foram intimidadas a não levar o assunto à frente para não azedar a relação da empresa com a Unicamp.

O STU pediu uma reunião com a reitoria e a direção do Caism para tratar do assunto. Neste momento a situação está sendo discutida com a reitoria e a Diretoria de Direitos Humanos que propuseram a formação de um Grupo de Trabalho para acompanhar o assunto.

Duas trabalhadoras que assinaram o documento foram transferidas do Caism, apesar de atuarem lá há muitos anos.

Isso é perseguição! Cobramos a volta

dessas trabalhadoras ao Caism, já!

O STU vai acompanhar a situação e cobrar da Unicamp que a política de combate ao assédio seja para todos.

Não aceitamos tratamento diferenciado para os terceirizados.

Espaço de descanso irregular

Parte dessa discussão tem a ver com o desrespeito com que a direção do Caism trata a enfermagem e demais trabalhadores.

Apesar do STU estar cobrando, há tempos, um espaço de descanso adequado para os trabalhadores, o Caism não trata a discussão com a seriedade que ela merece, tanto que foram fotografadas e expostas várias trabalhadoras que dormiam em papelões.

O STU tem cobrado do gestor do Caism prioridade nesse espaço de descanso, que significa ter um mínimo de respeito e dignidade com as funcionárias.

Omissão da Unicamp aprofunda irregularidades e coloca vidas em risco

Na pandemia a Unicamp virou um caldeirão de problemas: recebemos denúncias de protocolos confusos, local inseguro, chefias com atitudes extremadas e muitas situações que ameaçam a vida dos funcionários.

No Caism o problema com vestuários continua. O Coren e os órgãos sanitários determinam que EPIs e vestuários que foram usados dentro do hospital devem ser removidos imediatamente, quando for necessário circular em ambiente externo. Mas vemos os profissionais da saúde usando suas roupas pessoais, dentro e fora do hospital, porque a Unicamp não oferece trajes adequados.

Pelas normas de saúde, os gestores são obrigados a oferecer vestuário sob o risco de contribuir para o alto grau de

contaminação que essa omissão acarreta.

Em relação aos fretados, apesar da orientação do Setor de Transporte da Unicamp, as situações são caóticas.

Foram constatadas falta de higiene nos pisos, bancos, cortinas etc.; ventilação inadequada; ausência de álcool em gel; superlotação e outras irregularidades.

Se existe regra e ela está sendo descumprida, inclusive pela empresa prestadora de serviço, a reitoria deve fiscalizar e atuar com rigor.

E a história da Unicamp colocar funcionários do grupo de risco, como as gestantes, em atividades que exigem contato com pacientes com suspeita de contágio de Covid-19 continua vergonhosamente.

No começo da pandemia garantimos

na Justiça o direito desses trabalhadores serem realocados para áreas fora de risco de infecção. Mas se os protocolos fossem cumpridos e houvesse fiscalização, o risco durante o exercício no trabalho seria reduzido e casos de morte, como o do Bandeirão, não aconteceriam.

Infelizmente, a Unicamp ignora o diálogo e a transparência. Parece que a situação só será resolvida quando a instituição for penalizada com multas severas. E se necessário, tomaremos as medidas cabíveis, inclusive jurídicas.

Envie seu vídeo, foto ou áudio com denúncia das irregularidades no seu local de trabalho, que faremos divulgação em nossas redes sociais e aproveitaremos para elaborar um dossiê [WhatsApp (19) 99744-4890].

CONQUISTA

Cotas étnico-raciais na carreira Paepe é fruto da luta histórica das trabalhadoras e trabalhadores negros



No fim da década de 1990 a Exposição Fotográfica do STU registrou que negros ocupavam os cargos de menor remuneração na Unicamp

Em 1996 o STU perguntava onde estão os negros na Unicamp? Nesse ano era reorganizado o núcleo de negros da Unicamp e a primeira comemoração oficial da semana da Consciência Negra, após o reconhecimento de Zumbi como herói nacional em 1995.

25 anos depois, o Consu aprova proposta de cotas na Unicamp que reconhece que o racismo é um limitador do acesso de trabalhadores negros à universidade e que isso se acentua muito quando as funções são de nível superior e nos cargos de gerenciamento.

As fotos acima demonstram que para chegar ao “topo” da carreira na Unicamp é preciso vencer a barreira da cor, já que a

maioria dos negros se encontram em cargos de baixa remuneração.

A proposta que chegou ao Consu foi construída por um GT formado por representantes da Unicamp e do movimento negro da cidade.

Nas análises dos dados, o GT constatou que em algumas áreas, mesmo tendo muitos trabalhadores, não foi identificado nenhum trabalhador negro.

O STU sempre denunciou que o processo de terceirização é segregador e, que o modelo de seleção que a Unicamp adotou para contratação na carreira Paepe, contribuiu para reduzir a entrada de negros na Universidade na última década.

Por uma Unicamp mais inclusiva

No Consu, de 30/03, conquistamos uma vitória histórica: garantimos a inclusão de cotas étnico-raciais para concursos e processos seletivos públicos de servidores da carreira Paepe. A reserva de vagas será de 20% para autodeclarados pretos e pardos sobre o total de convocados para cada função.

Dentro e fora da Unicamp, historicamente, os negros são os mais marginalizados e com menos oportunidades. Por isso, as cotas são políticas afirmativas que favorecem a inclusão e contribuem com a construção de uma universidade mais democrática e comprometida socialmente.

Trabalhadores terceirizados têm seus benefícios cortados em meio a pandemia

Com a intensificação da pandemia a Unicamp decidiu reduzir os motoristas terceirizados contratados pela empresa Soluções Serviços Terceirizados, responsáveis pelos serviços de transportes na Universidade.

Essa decisão trouxe enorme prejuízo para os trabalhadores que deixaram de receber de início cerca de R\$ 540,00 de auxílio alimentação e R\$ 140,00 de vale refeição, considerando que o salário pago aos trabalhadores é cerca de R\$ 1.400,00.

De posse dessa informação a diretora do STU e representante do Consu, Elisabeth Cardozo, questionou a reitoria sobre a perda de renda desses trabalhadores,

exatamente num momento de grande dificuldade para todos.

A resposta do reitor no Consu foi que teve redução de veículos, mas que os trabalhadores deveriam continuar recebendo o pagamento dos benefícios obrigatórios.

A empresa informou que a Unicamp negociou a adequação dos contratos e que na revisão da planilha contratual os valores dos benefícios foram retirados, o que contradiz a fala do reitor.

O STU insiste que é inadmissível que a Unicamp repactue contratos durante a pandemia, retirando renda dos trabalhadores. Quer que isso seja revisto e que esses trabalhadores recebam os benefícios que têm direito.

ICMS de março cresceu 22,56% e gasto com folha caiu!

A arrecadação de ICMS de março de 2021 teve de 22,56% crescimento nominal comparado com março 2020.

No acumulado de janeiro a março de 2021, comparado com o mesmo período de 2020, o crescimento foi de 15,50%.

No mês de março foi arrecadado cerca de R\$ 11 bilhões. Isso representa R\$ 1,5 bilhão acima da previsão da Secretaria da Fazenda do Estado.

Com isto o gasto acumulado com folha até março ficou em 76,43% (75,40%

- Unesp, 79,11% - Unicamp e 75,74% - USP), um dos menores dos últimos anos.

O Fórum das Seis protocolou, no dia 06/04, a Pauta Unificada de Reivindicações da data-base 2021.

As entidades reivindicam 8% de reajuste imediato, mais um plano de reposição das perdas passadas. Além da valorização dos níveis iniciais da carreira, vacina para todos e defesa do serviço público. No site do STU [www.stu.org.br] tem a pauta completa.

CONSULTA PARA REITOR

Em 06/04, o Consu aprovou a lista tríplice para que Dória escolha o novo reitor. Tom Zé/Maria Luiza, primeiros indicados, venceram no 1º e 2º turnos.

Esperamos que Dória referende a decisão da maioria da comunidade.

Apesar de não se posicionar sobre as candidaturas, o STU reafirma que cobrará do novo reitor o compromisso com a defesa do serviço público e da democracia e a valorização do servidor, além do respeito às entidades representativas do campus.

Pauta Unificada 2021 protocolada!

Fórum pleiteia reuniões ainda em abril para debater combate ao arrocho, valorização dos níveis iniciais das carreiras e medidas de proteção à vida

Campanha salarial deste ano nos coloca em luta também contra os ataques ao serviço público, por um auxílio emergencial digno e vacinação para todos

O Fórum das Seis protocolou a Pauta de Reivindicações de 2021 junto ao Conselho de Reitores (Cruesp) em 6/4, já sob a presidência do reitor da USP, professor Vahan Agopyan. A entrega da Pauta foi acompanhada da solicitação de agendamento de reuniões entre as partes ainda em abril, tendo em vista o fato de que nossa data-base é 1º de maio.

A data-base é o período em que as entidades sindicais e estudantis das três estaduais paulistas e do Centro Paula Souza cobram o atendimento às suas reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho e de vida. Em 2020, sob o impacto do início da pandemia de Covid-19 e das perspectivas de queda na arrecadação do ICMS, que acabaram não se concretizando, a campanha foi suspensa. Em 2021, nossas reivindicações estão focadas em duas frentes centrais: o combate ao arrocho salarial – aí inserida a necessária valorização das fases iniciais de ambas as carreiras – e pelo estabelecimento de um plano sanitário e educacional nas instituições.

Comprometimento com folha é o mais baixo dos últimos anos

Ao contrário das previsões iniciais, de que a economia entraria em queda livre no decorrer de 2020, a arrecadação do ICMS – imposto que dá base aos repasses para as universidades – teve resultados surpreendentes no segundo semestre, especialmente nos últimos quatro meses do ano. So-

me-se a isso a expressiva economia com custeio nas unidades, por conta das medidas de isolamento e do trabalho remoto, e temos uma situação de folga e crescimento das reservas nas universidades.

O comprometimento médio entre as três universidades com folha de pagamento em 2020 ficou em 85,31% (83,08% na Unesp, 88,28% na Unicamp e 85,05% na USP), abaixo das médias dos anos anteriores. Se considerarmos o comprometimento acumulado em fevereiro/2021, temos um índice médio ainda menor, de 78,98% (77,25% na Unesp, 82,22% na Unicamp e 78,37% na USP).

Não se trata de aumento. Reivindicação é para repor perdas passadas

Considerando que as perdas acumuladas, em particular nos anos mais recentes, chegam a patamares insuportáveis - em especial para aqueles em início de carreira - e também conscientes do momento ao qual estamos submetidos no país e no mundo, o Fórum das Seis reivindica do Cruesp uma recuperação parcial em maio de 2021 e que os reitores se comprometam com a elaboração democrática de um plano, cuja aplicação tenha início ainda neste ano, para repor mais amplamente tais perdas.

Se considerarmos nosso poder aquisitivo em maio/2012, por exem-

Nossas reivindicações salariais

→ **Recuperação parcial de perdas**, com um reajuste salarial em maio/2021 de no mínimo 8%, e um plano de médio prazo para a recuperação de perdas, tendo como objetivo, no mínimo, recompor o poder aquisitivo de maio/2012;

→ **Pagamento adicional de 3%** a servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, referentes ao reajuste da data-base de 2016, bem como os valores em atraso;

→ **Reconhecimento, por parte do Cruesp**, da existência de perdas significativas nos níveis salariais dos servidores das três Estaduais Paulistas e da necessidade de estabelecer um plano de médio prazo para a recomposição salarial, com a constituição de um grupo de trabalho, com representantes do Cruesp e do Fórum das Seis, para realizar os estudos necessários e elaborar, ainda neste ano, o plano para a recuperação de nossas perdas salariais;

→ **Comprometimento do Cruesp** com a valorização (inclusive salarial) dos níveis iniciais das carreiras;

→ **Recomposição das perdas salariais** de docentes e técnico-administrativos do Centro Paula Souza (Ceeteps), de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2021, em respeito ao vínculo legal entre o Ceeteps e a Unesp, de acordo com o artigo 15 da Lei 952/1976.



plo, as perdas até maio/2020 são de **26,73%** (inflação acumulada de maio/2012 a abril/2020 de 53,73% e reajuste acumulado de 27%). A estas perdas, ainda precisaria ser adicionada a inflação apurada entre maio/2020 e abril/2021.

Aqui, não menos importante do que as perdas a que estamos submetidos é a situação sentida de forma mais acentuada por servidores docentes e técnico-administrativos em início de carreira. Além de verem seus proventos serem consumidos pelas perdas inflacionárias, eles foram e estão sendo atingidos de forma mais contundente pelas reformas já implantadas ou em tramitação desde o começo dos anos 2000. Assim, se faz necessária, além da recuperação das perdas, uma política de valorização (inclusive salarial) das posições iniciais nas carreiras de servidores das três universidades estaduais paulistas e do Ceeteps.

Pauta 2021 reivindica plano sanitário e medidas de proteção à vida

A Pauta Unificada 2021 tem como outro de seus eixos

a reivindicação de que a administração de cada instituição elabore democraticamente um “plano sanitário e educacional”, que conte com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas – docentes, técnico-administrativos e estudantes –, contendo diretrizes para a etapa atual, de expansão acelerada da pandemia, e para o futuro retorno presencial, quando as condições assim o exigirem.

Confira na Pauta, que acompanha este boletim, as reivindicações apresentadas em relação à pandemia.



SAIBA MAIS

No site do STU [www.stu.org.br] tem a íntegra da Pauta Unificada de Reivindicações 2021 e a posição do Fórum das Seis a respeito do momento atual da pandemia e da necessidade de uma ampla luta em defesa da vida, por vacinação para todos, auxílio emergencial digno, entre outros pontos.

Fórum e Cruesp tiveram reunião em 29/3

A pedido do Fórum das Seis, os reitores da Unesp, USP e Unicamp receberam os representantes das entidades para uma reunião em 29/3. A reunião havia sido solicitada no final do ano passado, com dois pontos centrais na pauta: 1) O planejamento das atividades acadêmicas e administrativas das universidades e do Centro Paula Souza em 2021, frente às incertezas que ainda cercam a pandemia, e 2) As implicações da LC 173/2020.

Em sua fala inicial, o reitor da Unesp e então presidente do Cruesp, professor Pasqual Barretti, sinalizou: “Não vamos conseguir atender tudo na data-base, mas nosso papel deve ser o de estabelecer planos para resolver os problemas das categorias nos próximos anos”.

Para o Fórum, essa é uma sinalização importante. Entre as reivindicações da Pauta Unificada 2021, que não havia sido protocolada até aquele momento, está a construção de planos de médio prazo para a recuperação de perdas salariais e, também, para a definição de políticas de valorização dos níveis iniciais das carreiras.

Em relação à pandemia, os representantes do Fórum assinalaram que há uma disparidade no posicionamento das universidades nas ações adotadas. Numa mesma universidade, por exemplo, há institutos e unidades com diferentes avaliações sobre o que é essencial. Além disso, muitas das medidas, acertadas ou não, têm sido tomadas sem conversas mais abertas com a comunidade e as entidades representativas.

O Fórum elogiou as recentes manifestações públicas do Cruesp contra a falta de diretrizes federais no combate à pandemia e em defesa da vacinação, mas pediu que mais posicionamentos públicos como esse sejam adotados, dada a importância das instituições no cenário acadêmico e científico do país.

Por fim, os representantes das entidades cobraram que qualquer questão relacionada ao retorno das atividades presenciais – que só deve ocorrer num cenário de vacinação ampla e controle efetivo da pandemia – seja discutido mais amplamente com a comunidade e com suas entidades representativas.



A reunião foi realizada em plataforma virtual. A condução coube ao reitor da Unesp, professor Pasqual Barretti. No dia 1/4, a presidência do Cruesp passou ao reitor da USP, professor Vahan Agopyan

Em relação ao segundo ponto, os representantes do Fórum das Seis procuraram demonstrar que não se sustenta a alegação das reitorias sobre a “impossibilidade” de negociar devido aos efeitos da Lei Complementar (LC) 173/2020. E isso fica claro quando vemos a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça (TJ-SP), no âmbito de ação ajuizada pela Adusp contra os efeitos da lei sobre a USP. Embora tenha negado o pedido de liminar, em seu despacho o juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública ressaltou que a universidade não está subordinada à LC 173/2020, embora sua autonomia administrativa a autorize a decidir sobre seus gastos. Ou seja, está claro para a justiça que a autonomia garante às gestões das Universidades Estaduais Paulistas a decisão de acatar ou não os limites impostos pela LC 173/2020. Além disso, corroboram com esta interpretação do alcance da aplicabilidade da LC 173 diversos pareceres, notas técnicas e despachos em sentenças emitidos por juízes, Ministério Público e até mesmo pelo Ministério da Economia.

Os reitores procuraram reforçar a interpretação restritiva em relação à LC 173. “Temos que defender a autonomia, mas nossa defesa tem que se coadunar com a lei. Ela é arbitrária, mas está aí”, resumiu o reitor da Unesp e presidente do Cruesp na reunião, professor Pasqual Barretti.